Decisão do BC não é econômica, é político-partidária | Jeferson Miola

25/03/2023



Ilustração: Aroeira

A decisão do Banco Central [BC] de manter os juros em 13,75% e ainda sinalizar a “manutenção da taxa básica de juros por período prolongado” não tem fundamento técnico ou econômico; é de natureza puramente político-partidária.

Não há justificativa técnica ou econômica para a taxa básica do Brasil continuar no patamar mais alto do mundo, de 8% de ganho real, já descontada a inflação. Há, sim, um enorme consenso em sentido contrário dentre economistas de renome mundial.

O Nobel da Economia Joseph Stiglitz, por exemplo, classifica como “chocante” manter juros reais em 8%, que significam “uma pena de morte” para qualquer economia.

Para o economista Jeffrey Sachs, “o Brasil precisa de um aumento da taxa de investimento”, não da taxa de juros. Ele entende que os juros estão altos “devido à política”, não à realidade fiscal do país.

Esta escolha do BC “não tem como base os fundamentos fiscais”, ele sustenta. Sachs calcula que “se a taxa fosse 5% mais baixa hoje, o déficit seria cortado em 3%”.

As alegações do BC para justificar a continuidade da política altista são frágeis e insustentáveis. E revelam o fracasso da atual diretoria na condução da política monetária, que precisa ser mudada urgentemente.

O comunicado do BC [22/3] reconhece sua incompetência, pelo terceiro ano consecutivo, em controlar a inflação, que “segue acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação”. Isso significa que os juros altos não conseguiram conter a inflação e, pior, se tornaram um veneno mortal para a economia, como alerta o economista Stiglitz.

Na realidade, além de não conseguir controlar a inflação dentro da meta, a prática de juros altos também cria um círculo vicioso de desequilíbrio fiscal permanente, pois o Banco Central cria despesa [sem autorização legislativa e sem concordância do Poder Executivo] e ainda obriga o Tesouro a desviar dinheiro público de investimentos e políticas sociais para pagar o serviço da dívida pública. Com isso, a dívida pública aumenta, ao invés de diminuir.

O BC também alega que “a política monetária nas economias centrais segue avançando em trajetória contracionista”. Isso justificaria, na opinião dos gênios do rentismo, a manutenção da taxa atual. Trata-se, no entanto, de puro eufemismo.

É verdade que os Bancos Centrais dos EUA e da Europa elevaram as taxas de juros no período recente, mas com uma diferença fundamental em relação ao Banco Central do Brasil.

Enquanto nas principais economias planetárias os juros reais continuam negativos, mesmo com o aumento recente das taxas pela maioria dos Bancos Centrais, no Brasil pratica-se a maior taxa de juros reais do mundo – 8% ao ano.

O presidente do BC, o bolsonarista Roberto Campos Neto, perdeu as condições legais para permanecer no cargo. Ele e toda a diretoria da instituição demonstraram “comprovado e recorrente desempenho insuficiente para o alcance dos objetivos do Banco Central do Brasil” – inciso IV do artigo 5º da Lei Complementar 179/2021, de autonomia do BC.

Campos Neto é um agente provocador e sabotador que no campo econômico segue a cartilha terrorista da extrema-direita. Aposta na recessão e no desemprego para levar o país ao caos e desestabilizar o governo Lula. A política de juros altos significa, nesta perspectiva, a **continuidade do 8 de janeiro via terrorismo financeiro**.

Sob a gestão ultraliberal e bolsonarista de Campos Neto, o Banco Central “autônomo” – em relação à soberania popular, mas vinculado ideologicamente à extrema-direita ultraliberal – é um **fator de pilhagem do país** e, ao mesmo tempo, uma arma de sabotagem e de luta política para inviabilizar o governo Lula.

Via Blog Jeferson Miola
Compartilhe nas redes: